

6.2.2 — FINANÇAS PÚBLICAS

6.2.2.5 — Dívida Pública — 1964-66

6.2.2.5.1 — CONJUNTO NACIONAL (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS EM CIRCULAÇÃO EM 31-12 (milhares de moeda indicada)		
	1964	1965	1966
DÍVIDA EXTERNA			
União			
Dólares.....	11 319	9 108	9 108
Estados			
Libras.....	5 039	4 817	4 817
Dólares.....	10 393	9 211	9 099
Municípios			
Libras.....	871	850	850
Dólares.....	1 392	1 190	1 134
TOTAL			
Libras.....	5 910	5 667	5 667
Dólares.....	23 104	19 509	19 341
DÍVIDA INTERNA FUNDADA (Cruzeiro Novo)			
União.....	152 132	169 728 (1)	1 116 597
DÍVIDA FLUTUANTE (Cruzeiro Novo)			
União.....	857 699	2 244 810	2 971 241

FONTES — Conselho Técnico de Economia e Finanças e Contadoria Geral da República.

NOTA — A execução do Decreto-lei n.º 6 019, de 23 de novembro de 1943, alterou profundamente a situação da dívida externa nacional em libras e dólares, no que se refere a saldos, amortizações e juros. Foram instituídos dois planos — A e B — por um dos quais deveriam optar os portadores de títulos da nossa dívida externa. Pelo "Plano A", que abrange os títulos optados por esse plano até 30 de junho de 1946 e mais os não apresentados pelos portadores nos termos da oferta, mantiveram-se inalteráveis o valor nominal dos títulos e a responsabilidade contratual, excluindo-se, porém, a taxa de juros e aumentando-se o prazo de amortização: Pelo "Plano B", por cujos serviços o Governo Federal se responsabiliza, o valor nominal dos títulos foi reduzido em 20 ou 50% (recebendo o portador, como bonificação, um prêmio em dinheiro, variável entre 30 e 175 libras, ou 75 e 175 dólares, respectivamente, por títulos de 1 000 libras ou 1 000 dólares) fixando-se, também, novo prazo de amortização e estabelecendo-se, sempre, em 3% a nova taxa de juros. Até 30 de junho de 1946, deveriam os portadores optar por um ou por outro plano. A partir dessa data, porém, os títulos cujos portadores não optaram por nenhum plano, foram incluídos no "Plano A". No período 1944-46, os saldos em circulação desceram, não apenas em virtude das amortizações realizadas, mas também por causa das reduções que automaticamente se efetuaram no valor nominal dos títulos, cujos portadores optaram pelo "Plano B".

(1) Aumento verificado, em virtude da inclusão de certificados de obrigações reajustáveis no valor de 947 218 cruzeiros novos.

6.3 — JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

6.3.1 — ORGANIZAÇÃO

6.3.1.1 — Cartórios existentes, por Unidades da Federação — 1966

a) Espécie e localização

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CARTÓRIOS EXISTENTES EM 31-12						
	Total	Segundo a localização					
		No distrito da sede			Em outros distritos		
		Registro civil		Escrivânias, tabelionatos e outras espécies	Registro civil		Escrivânias, tabelionatos e outras espécies
Exclusivos	Acumulando outros ofícios	Exclusivos	Acumulando outros ofícios				
Rondônia.....	16	1	2	—	13	—	—
Acre.....	18	5	6	1	6	—	—
Amazonas.....	87	25	26	19	17	—	—
Roraima.....	3	—	2	1	—	—	—
Pará.....	299	63	76	58	61	41	—
Amapá.....	13	—	5	1	2	5	—
Maranhão.....	458	199	120	76	63	—	—
Piauí.....	183	41	71	69	2	—	—
Ceará.....	551	64	80	111	296	—	—
Rio Grande do Norte.....	257	3	144	88	6	12	4
Paraíba.....	360	90	87	121	24	38	—
Pernambuco.....	595	131	53	248	70	93	—
Alagoas.....	206	74	19	92	14	7	—
Fernando de Noronha.....	1	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	158	23	44	86	3	2	—
Bahia.....	1 681	240	122	919	128	213	59
Minas Gerais.....	2 750	116	622	1 430	17	565	—
Espírito Santo.....	348	22	35	149	22	119	1
Rio de Janeiro.....	561	58	17	280	—	206	—
Guanabara.....	167	14	10	143	—	—	—
São Paulo.....	1 772	122	516	873	11	250	—
Paraná.....	944	12	272	414	7	239	—
Santa Catarina.....	636	1	197	271	8	159	—
Rio Grande do Sul.....	1 155	41	244	578	12	280	—
Mato Grosso.....	246	—	82	58	7	99	—
Goiás.....	1 180	208	15	900	24	33	—
Distrito Federal.....	19	7	—	12	—	—	—
BRASIL.....	14 664	1 561	2 867	6 998	813	2 361	64

FONTE — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.